



SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL Nº 1270/25

Realizada a pesquisa, sobre a matéria em questão foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Federal nº 6.766/1979, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências.
- Lei Federal nº 14.750/2023, de 12 de dezembro de 2023, que altera a Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012, para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de monitoramento e alerta de riscos.
- Lei Federal nº 9.795/1999, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei Federal nº 12.608/2012, de 10 de abril de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC); dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera a Lei nº 12.340/2010 e dá outras providências.
- Lei Federal nº 13.146/2015, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei Federal nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências;
- Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana;
- Lei Estadual nº 13.798, de 09 de novembro de 2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas;
- Decreto Estadual nº 43.299, de 4 de junho de 2003, que cria o Grupo Permanente de Gestão de Áreas de Risco;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Estadual nº 64.673/2019, de 16 de dezembro de 2019, que reorganiza o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos e dá providências correlatas;
- Decreto Estadual nº 63.911/2018, de 10 de dezembro de 2018, que institui o Regulamento de Segurança Contra Incêndios das edificações e áreas de risco no Estado de São Paulo e estabelece providências correlatas.

- Lei Estadual nº 16.642/2017, de 9 de maio de 2017, que aprova o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo;

- Lei nº 13.430, de 13 de setembro de 2002, que institui o Plano Diretor Estratégico (especialmente arts. 79, IX, 80, 81, I, 86, IV, 167 e ss, 196, §5º - tratam de área de risco);

- Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004, que estabelece normas complementares ao Plano Diretor Estratégico, e dá outras providências (arts. 30, VI, 109, 141, §2º - área de risco);

- Lei Municipal nº 14.887, de 5 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA e dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão; confere nova disciplina ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz; revoga as leis e os decretos que especifica.

- Lei Municipal nº 14.933, de 05 de junho de 2009, que institui a Política de Mudança do Clima no Município de São Paulo;

- Lei Municipal nº 15.881/2013, de 24 de outubro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da criação do Grupo de Defesa Civil Escolar nas unidades educacionais do Município de São Paulo e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 16.050/2014, de 31 de julho de 2014, que aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- Decreto Municipal nº 54.824/2014, de 7 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei nº 15.881, de 24 de outubro de 2013, que dispõe sobre a obrigatoriedade da criação do Grupo de Defesa Civil Escolar nas unidades educacionais do Município de São Paulo.- PL 239/07, que institui a política municipal de mudanças climáticas (PMMC), e dá outras providências.

- Decreto Municipal 63.698, de 27 de agosto de 2024, que aprova a Consolidação das Leis Tributárias do Município de São Paulo, bem como dispõe sobre a aplicação do disposto no “caput” do artigo 1º-A da Lei nº 10.734, de 30 de junho de 1989, aos débitos que especifica;

- Decreto nº 57.776/2017, de 7 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017, que aprovou o Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 18.068, de 18 de dezembro de 2024, que dispõe instituir o Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (FUNPDEC) no Estado de São Paulo, estabelecendo mecanismos de financiamento para ações

PL 64/2026 Dispõe sobre a definição de barreira física para fins de acesso ao Transporte Escolar Gratuito – TEG, e dá outras providências.

PL 40/2026 Determina que o Poder Público instaure procedimento administrativo de ofício, para atendimento, encaminhamento e adoção das providências cabíveis, incluindo o pagamento de indenizações, em favor das vítimas e de seus familiares, que sofrerem prejuízos em razão de alagamentos e enchentes na cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 1529/2025 Institui Diretrizes para a formulação e a implementação de Protocolo de Atenção Integral a pessoas em situação de risco e desastres decorrentes da emergência climática.

PL 1437/2025 Altera a Lei nº 16.642, de 9 de maio de 2017 (Código de Obras e Edificações do Município de São Paulo) para dispor sobre a prevenção e repressão da favelização, puxadinhos e ampliações irregulares em edificações residenciais e comerciais, bem como estabelece medidas de fiscalização e sanções administrativas.

PL 1426/2025 Dispõe sobre a concessão de autorização precária de funcionamento e de autorização de uso de áreas municipais para o exercício de atividades não residenciais de baixo risco (nR1), em territórios em processo de regularização fundiária, e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- PL 1277/2025 Instituiu o Dia Municipal para a Ação Climática.
- PL 1276/2025 Dispõe sobre o mapeamento, organização e divulgação dos dados sobre os impactos da crise climática na vida de meninas e mulheres no âmbito do Município de São Paulo.
- PL 1275/2025 Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007 para incluir o Dia Municipal para a Ação Climática, a ser realizado anualmente no dia 27 de abril.
- PL 1271/2025 Institui a Política Municipal "Alerta Clima na Escola", cria o Mapa Colaborativo de Riscos e Soluções Climáticas e estabelece diretrizes para a participação da comunidade escolar no planejamento de ações de resiliência urbana.
- PL 1268/2025 Institui o Dia Municipal para a Ação Climática.
- PL 1263/2025 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Prevenção e Combate a Incêndios em Assentamentos Precários – PREVIN e dá outras providências.
- PL 1255/2025 Institui a Política Municipal de Bem-Estar, Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho e Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito do Município de São Paulo.
- PL 1144/2025 Cria a Força Municipal de reação a situações emergenciais e de calamidades na cidade de São Paulo (Força Municipal) para atuar em crises emergenciais onde estiver caracterizado a situação de catástrofes, tragédias climáticas e calamidades públicas.
- PL 906/2025 Institui o Programa SPclimaSensores de monitoramento comunitário de eventos climáticos extremos no Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 900/2025 Dispõe sobre a criação do aplicativo “Equilibra”, voltado à promoção do uso consciente de dispositivos digitais, à prevenção de riscos associados à exposição excessiva às telas e ao incentivo à saúde mental e ao bem-estar digital da população, no âmbito do Município de São Paulo.
- PL 751/2025 Autoriza o executivo a retirar materiais contendo amianto (MCA) das escolas públicas municipais, e dá outras providências.
- PL 566/2025 Cria a Política Municipal Integrada para a efetivação do direito de crianças e adolescentes à Natureza e ao Meio Ambiente Saudável – PMIDCNMAS com absoluta prioridade, altera a Lei nº 11.123 de 22 de



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

novembro de 1991 e a Lei nº 14.933, de 5 de junho de 2009, que “institui a política municipal de mudanças climáticas”.

PL 443/2025 Altera a Lei nº 14.933, de 05 de junho de 2009 - Institui a Política de Mudança do Clima no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 366/2025 Dispõe sobre a implementação de diretrizes para a resposta rápida aos desastres ambientais de enchentes, alagamentos e deslizamentos provocados por chuvas intensas no município de São Paulo, incluindo acesso a linhas de crédito especiais e dá outras providências.

PL 276/2025 Dispõe sobre a criação do Fundo Emergencial para escolas em situações de desastres climáticos no município de São Paulo, e dá outras providências

PL 275/2025 Dispõe sobre a alteração do artigo 43 da Lei 17.719/2021, referente ao Cartão Emergencial para os casos de risco iminente, desastre ou situação de calamidade pública.

PL 226/2025 Dispõe sobre diretrizes para a adaptação climática na Rede Municipal de Ensino do Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 224/2025 Dispõe sobre as bases para elaboração da “Política Municipal de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental” no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 210/2025 Institui o Plano Emergencial de Adaptação Climática nos CEIs, EMEIs, EMEFs, EMIs e CEUs do Município de São Paulo e dá as devidas providências.

PL 197/2025 Institui medidas emergenciais e permanentes para o enfrentamento de alagamentos, inundações e outros danos causados por chuvas intensas na cidade de São Paulo e dá outras providências.

PL 140/2025 Dispõe sobre as bases para elaboração da “Política Municipal de Atenção às Emergências Climáticas e o Combate ao Racismo Ambiental” no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 29/2025 Decreta o estado de emergência climática no município de São Paulo, estabelece diretrizes e ações para enfrentamento da situação de emergência e dá outras providências



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

PL 21/2025 Decreta o estado de emergência climática no município de São Paulo, estabelece diretrizes e ações para enfrentamento da situação de emergência e dá outras providências

PL 675/2024 Autoriza o Executivo Municipal instituir o Plano Municipal Emergencial de Enfrentamento aos efeitos das Mudanças Climáticas ocasionadas pelo aquecimento global no Município de São Paulo.

PL 96/2023 Institui Plano Municipal de Informações e Monitoramento de Catástrofes Climáticas.

PL 433/2024 Institui o Protocolo Municipal Pet em situações de catástrofes naturais ou calamidade pública no âmbito do município de São Paulo.

PL 753/2021 Decreta o estado de emergência climática no município de São Paulo e dá outras providências.

PL 742/2020 Dispõe sobre a prestação dos serviços de atividades educacionais no Município de São Paulo antes, durante e após tempos de crises ocasionados por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais.

.À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068